

Prospecto de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do

OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 09.179.106/0001-79

ISIN BROUTXCTF009

Administração e Distribuição



UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, Rio de Janeiro – RJ

Distribuição pública de 1.000 (hum mil) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da primeira emissão ("Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente) do OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Fundo"), totalizando:

R\$ 100.000.000,00
(cem milhões de reais)

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03"), tem por objetivo preponderante obter rendimentos para seus Quotistas, por meio de investimentos em ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação aplicável ao Fundo, de emissão de companhias, abertas ou fechadas, inclusive, mas não se limitando, que tenham por objeto social, direta ou indiretamente, a incorporação de projetos imobiliários, a intermediação de operações de compra e venda de imóveis próprios ou de terceiros e/ou atividades correlatas e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos neste Prospecto e no Regulamento (conforme abaixo definido).

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenada pela UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.281.253/0001-23, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administrador"). A Primeira Emissão é composta por 1.000 (hum mil) Quotas, com preço inicial de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) cada uma, totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

O Fundo foi constituído e a Primeira Emissão de Quotas do Fundo deliberada, por ato único do Administrador, em 31 de outubro de 2007, sendo que o regulamento do Fundo, conforme alterado, foi registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 2008, sob n.º 865514 ("Regulamento"). **A Oferta foi registrada na CVM, em 30 de novembro de 2007, sob n.º CVM/SRE/RFP/2007/076, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003.**

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador e o gestor da carteira de investimentos do Fundo mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do gestor da Carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à

composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto, nas páginas 19 a 21.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

“A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.”

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

A data deste Prospecto é 15 de dezembro de 2008

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	11
Características da Oferta	12
Negociação das Quotas	15
Custos de Distribuição Pública das Quotas	16
Outras Informações	16
Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes	17
Declaração do Administrador	18
3. FATORES DE RISCO	19
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	20
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	20
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	20
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas	21
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos	21
Não Existência de Garantia de Rentabilidade	21
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	21
Outros Riscos	21
4. OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	22
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	23
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	23
Administração e Gestão do Fundo	23
Comitê de Investimento	25
Prestadores de Serviço do Fundo	25
Objetivo do Fundo	25
Investimentos do Fundo	26
Período de Investimentos para a Formação da Carteira	28
Período de Liquidação dos Investimentos	28
Emissão de Novas Quotas	29
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	29
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	32
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	33
Inadimplência dos Quotistas	34
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos	34
Assembléia Geral de Quotistas	35
Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses	35
Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	36
Taxa de Administração e Encargos do Fundo	37
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	38

Atendimento aos Quotistas.....	41
--------------------------------	----

5. ANEXOS

42

- Anexo I - Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo e Aprovação da Primeira Emissão de Quotas
- Anexo II - Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, datado de 12 de fevereiro de 2008
- Anexo III - Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, datado de 23 de maio de 2008
- Anexo IV - Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, datado de 12 de dezembro de 2008
- Anexo V - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto
- Anexo VI - Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM , sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.281.253/0001-23
Auditores Independentes	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S. , sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, 5º ao 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.366.936/0001-25
Capital Comprometido	Quantidade de Quotas que o subscritor se compromete a integralizar, de forma irrevogável e irretroatável, por meio de assinatura do Compromisso de Investimento e boletim individual de subscrição
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos
Chamada de Capital	Cada chamada de capital aos Quotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, na medida em que o Fundo (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos
Comitê de Investimento	Comitê de investimento do Fundo, que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor na gestão da Carteira, conforme descrito no Regulamento
Companhias Alvo	As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo

Companhias Investidas	As Companhias Alvo que efetivamente recebam aporte de recursos pelo Fundo
Compromisso de Investimento	"Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada Quotista na data de subscrição de suas Quotas
Conflito de Interesses	Hipóteses de conflito de interesses, ou seja, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador e/ou pelo Gestor, ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e Companhias Investidas
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras
Custodiante	BANCO UBS PACTUAL S.A. , instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.306.294/0001-45
CVM	Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão	Prazo máximo de 720 (setecentos e vinte) dias contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão, nos termos da regulamentação aplicável
Fundo	OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
Gestor	FIDÚCIA ASSET MANAGEMENT S.A. , sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, n.º 933, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.001.991/0001-15
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada

IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
Novas Quotas	Novas quotas do Fundo, além das Quotas da Primeira Emissão
Outros Ativos	Quotas de emissão de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento e/ou quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI e/ou multimercado, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos federais, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e certificados de depósito bancário
Paraíso Fiscal	País ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que os tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade e/ou localidade
Partes Relacionadas do Administrador	As partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o Regulamento, quais sejam: (i) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e (v) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador ou pelo Gestor
Patrimônio Autorizado	O patrimônio autorizado do Fundo correspondente a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)
Patrimônio Inicial	O patrimônio inicial do Fundo, após a Primeira Emissão, formado por até 1.000 (hum mil) Quotas
Patrimônio Líquido	A soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, nos termos da Instrução da CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006

Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, no qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Valores Mobiliários e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Comitê de Investimento e que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições constantes no Regulamento
Período de Investimentos	O período inicial de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, que se iniciará na data de registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM e se estenderá por até 18 (dezoito) anos ou até a data em que o Comitê de Investimento entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo
Preço de Emissão	O valor inicial de emissão de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial, equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais)
Preço de Integralização	Preço de integralização das Quotas do Fundo, correspondente ao valor da Quota na data da integralização
Primeira Emissão	Primeira emissão de Quotas do Fundo, formada por 1.000 (um mil) Quotas
Prospecto	Este prospecto do Fundo
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo
Quotista Inadimplente	Quotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento
Quotistas	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo
Quotistas Qualificados	Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução n.º 2.689/00

Resolução n.º 2.689/00	Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo a este Prospecto
Taxa de Administração	Taxa devida ao Administrador pela prestação do serviço de administração, calculada de acordo com o Regulamento
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e outros valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação aplicável ao Fundo

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto e/ou no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública, exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado.

A Oferta será conduzida exclusivamente pelo Administrador, sob o regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta, observado, ainda, que a Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Quotas, inexistindo reservas antecipadas e lotes mínimos e máximos de Quotas a serem colocados no âmbito da Oferta.

As Quotas objeto da Oferta não são destinadas a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de quotas de fundos de investimentos em participações é restrito.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, residentes e domiciliados ou não no Brasil, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas

A Oferta foi registrada na CVM, em 30 de novembro de 2007, sob n.º CVM/SRE/RFP/2007/076, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Emissão

A Primeira Emissão é composta por 1.000 (hum mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido, com preço inicial de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) por Quota, totalizando a Primeira Emissão o montante de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

2.1.5. Preço de Emissão no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão foi fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais) por Quota.

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar o Capital Comprometido, nos termos do Compromisso de Investimento, que será assinado por cada Quotista na data de subscrição de suas Quotas, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 720 (setecentos e vinte) dias contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão"). As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 4 (quatro) anos contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, observado o disposto no Regulamento.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas em moeda corrente nacional ou em ativos, pelo valor da Quota na data da integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimento (conforme definido no Regulamento), aos Quotistas. Na medida em que o Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários, ou (ii) identifique necessidades de recebimento, pelo Fundo, de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimento e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, ou em ativos.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto no Regulamento e nos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese

de não cumprimento de suas obrigações, nos termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, teve início após a publicação do anúncio de início, que ocorreu em 21 de dezembro de 2007.
Prazo de Colocação	As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 720 (setecentos e vinte) dias contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do prazo de colocação e até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, residentes e domiciliados ou não no Brasil, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04.
Subscrição e Integralização de Quotas	<p>No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 4 (quatro) anos contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM.</p> <p>O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, ou em ativos.</p>

Suspensão ou Cancelamento da Oferta	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.
Modificação ou Revogação da Oferta	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Administrador, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias, observado que, na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação mencionada acima, o interesse em manter a declaração de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento da Oferta no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$100.000,00 (cem mil reais).

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesse mercado, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Seção II do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com todos os requisitos descritos no Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas

A tabela abaixo traz uma indicação dos custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
<i>Despesas de Registro</i>	<i>82.870,00</i>	<i>0,083</i>
<i>Publicações*</i>	<i>16.000,00</i>	<i>0,016</i>
<i>Agência Classificadora de Risco</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Consultores Legais</i>	<i>100.000,00</i>	<i>0,10</i>
Total	198.870,00	0,199

**Valores aproximados*

Custo Unitário de Distribuição	
Preço por Quota (R\$)*	Custo por Quota (R\$)
<i>100.000,00</i>	<i>198,87</i>

** com base no preço de emissão na data de emissão*

Montante Total da Oferta (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)
<i>100.000.000,00</i>	<i>198.870,00</i>

Adicionalmente, os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

2.4. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte

Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3262-9600

Fax: (21) 3262-8600

Correio Eletrônico: mariana.cardoso@ubs.com

Website: www.ubs.com/ubspactual

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo - SP

Website: www.cetip.com.br

2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes

2.5.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Procknor e Dr. André Costa De Vita

Tel.: (11) 3147-7822

Fax: (11) 3147-7770

Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br / acdevita@mattosfilho.com.br

2.5.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, 5º ao 8º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Flavio Peppe

Tel.: (11) 2112-5290

Fax: (11) 3078-6840

Correio Eletrônico: flavio.s.peppe@br.ey.com

Website: www.ey.com.br

2.6. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, do Fundo, das Quotas e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelas Sras. Mariana Botelho Ramalho Cardoso, na qualidade de diretora estatutária do Administrador, e Camilla Barros Donati, na qualidade de procuradora do Administrador.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo, salvo no caso de resgate compulsório tratado na Seção XIII do Regulamento. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, de acordo com orientação nesse sentido do Comitê de Investimento, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.2. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas detidas por cada investidor.

3.3. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.4. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização e/ou resgate aos Quotistas e/ou da Taxa de Administração e/ou, ainda, para pagamento de encargos do Fundo.

3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de poucas Companhias Investidas e/ou poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Seção VI do Regulamento do Fundo, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira. O disposto neste parágrafo implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em poucos emissores e em risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

3.6. Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.8. Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, podendo ser prorrogado por um período adicional, mediante proposta do Comitê de Investimento e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, residentes e domiciliados ou não no Brasil, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo de cada investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo é de R\$100.000,00 (cem mil reais). Não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após realizada a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado pela **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.281.253/0001-23. O Administrador contratou a **FIDÚCIA ASSET MANAGEMENT S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, n.º 933, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.001.991/0001-15, para ser responsável pela gestão da Carteira.

O diretor do Administrador, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr.

Marcelo Kalim, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 9.037.096 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 185.178.498-50.

Respeitados os limites estabelecidos no Regulamento, o Administrador terá poderes para realizar todos os atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo. O Gestor terá poderes, conforme outorgados pelo Administrador, para realizar todos os atos relacionados à gestão da Carteira, bem como, de acordo com orientação e instruções do Comitê de Investimento, exercer todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele, de eleger membros para cargos de administração das Companhias Investidas, comparecer e votar em assembleias gerais de sócios das Companhias Investidas, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar contratos sociais e/ou estatutos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de valores mobiliários, acordos de sócios e/ou acordos de investimento, conforme o caso, observadas as limitações do Regulamento e da regulamentação em vigor.

4.3.2. Substituição do Administrador e do Gestor

O Administrador e o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, conforme o caso, mediante notificação, por escrito, endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar a Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação. Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração referente ao período em que permanecer em seu cargo.

Caso a Assembleia Geral de Quotistas de que trata o parágrafo acima (i) não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador ou o Gestor; ou (ii) não obtenha quorum suficiente para deliberar sobre a substituição do Administrador ou do Gestor, ou, ainda, sobre a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, sem necessidade de aprovação dos Quotistas, dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral de Quotistas.

Além da hipótese de renúncia descrita no parágrafo acima, o Administrador e/ou o Gestor poderão ser destituídos de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas.

4.4. Comitê de Investimento

O Fundo terá um Comitê de Investimento, que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor na gestão da Carteira, conforme descrito no Regulamento. O Comitê de Investimento será formado por membros escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de reputação ilibada, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do Gestor e/ou dos Quotistas, conforme o caso.

As funções e responsabilidades do Comitê de Investimento, bem como as regras de operação e atuação do Comitê de Investimento, estão descritas no Capítulo IV do Regulamento.

4.5. Prestadores de Serviço do Fundo

4.5.1. Custodiante

Para a prestação dos serviços de controladoria do Fundo, bem como pelos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira e de escrituração das Quotas, o Fundo contratou o Banco UBS Pactual S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Praia de Botafogo, n.º 501, 5º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.306.294/0001-45. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

4.5.2. Auditor Independente

Para prestação dos serviços de revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, foi contratada a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, 5º ao 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.366.936/0001-25, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

4.6. Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é obter rendimentos para seus Quotistas, por meio de investimentos em ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação aplicável ao Fundo, de emissão de companhias, abertas ou fechadas, inclusive, mas não se limitando, que tenham por objeto social, direta ou indiretamente, a incorporação de projetos imobiliários, a intermediação de operações de compra e venda de imóveis próprios ou de terceiros e/ou atividades correlatas e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no Regulamento.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento e neste Prospecto, o investimento do Fundo em Valores Mobiliários deverá propiciar a participação do Fundo na administração das Companhias Investidas, com efetiva influência do Fundo na definição de suas políticas estratégicas e nas suas gestões, notadamente através da indicação de membros nos respectivos conselhos de administração.

A participação do Fundo no processo decisório de cada Companhia Investida poderá ocorrer por uma das seguintes formas: (i) detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento, ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de cada Companhia Investida.

4.7. Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo somente poderá realizar investimentos em companhias que observem as seguintes regras e mantenham as seguintes práticas de governança corporativa:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimentos pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da companhia em circulação;
- (ii) mandato unificado de 1 (um) ano para os membros do conselho de administração, quando houver;
- (iii) disponibilização de informações sobre contratos com Partes Relacionadas do Administrador, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros Valores Mobiliários de sua emissão, se houver;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital de companhia fechada, mediante registro de companhia aberta na CVM, obrigação de aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima deste item;
- (vi) auditoria anual das demonstrações financeiras realizada por auditores independentes registrados na CVM;

4.7.1. A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas, sendo que, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser alocado em ações de emissão de companhias abertas e/ou fechadas; e
- (ii) quotas de emissão de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento e/ou quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI e/ou multimercado, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos federais, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e certificados de depósito bancário.

Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo em realizar investimentos em Valores Mobiliários, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), (a) deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital ou (b) poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas; e
- (iv) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 20% (vinte por cento) do patrimônio do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação, deste Prospecto e do Regulamento.

Caso investimentos do Fundo em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Administrador deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima ou (ii) a restituição aos Quotistas dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos

investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Administrador e que não tenham se concretizado por qualquer razão.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização e/ou resgate aos Quotistas e/ou da Taxa de Administração e/ou, ainda, para pagamento de encargos do Fundo.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

4.8. Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimentos que se iniciará na data de registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM e se estenderá por até 18 (dezoito) anos ou até a data em que o Comitê de Investimento entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo. A liquidação dos ativos integrantes da Carteira será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Comitê de Investimento entenda ser no melhor interesse do Fundo, o Fundo poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento, mediante notificação por escrito do fato aos Quotistas, a qual conterá as justificativas para as ações tomadas pelo Gestor e pelo Comitê de Investimento no exercício de suas atribuições para com o Fundo.

Será permitida a antecipação ou a prorrogação do Período de Investimentos, a único e exclusivo critério do Comitê de Investimento. Caso o Comitê de Investimento decida exercer a faculdade descrita neste parágrafo, o Administrador informará tal fato aos Quotistas, por escrito.

Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito no Regulamento.

Investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Comitê de Investimento, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

4.9. Período de Liquidação dos Investimentos

No 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Valores Mobiliários e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Comitê de Investimento e que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo,

propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições deste Prospecto e do Regulamento.

4.10. Emissão de Novas Quotas

Emissões de novas quotas do Fundo, além das Quotas da Primeira Emissão, até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas mediante prévia aprovação do Comitê de Investimento, sem necessidade de aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, ao passo que emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula 5.6. do Regulamento do Fundo.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de quaisquer Novas Quotas corresponderá ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos apurados na data de cada emissão de Novas Quotas.

Os Quotistas terão o direito de preferência para subscrever e integralizar as Novas Quotas na exata proporção da participação de cada um na composição do patrimônio do Fundo.

4.11. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.11.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e pertencem a uma única classe, sendo que todas terão forma nominativa, serão escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.11.2. Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Inicial do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por até 1.000 (hum mil) Quotas.

O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalizando a Primeira Emissão o montante de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

4.11.3. Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

4.11.4. Direito de Voto

Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas.

4.11.5. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional ou em ativos, de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, conforme descrito abaixo. Novas Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo serão subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições estabelecidos no ato de deliberação da emissão de tais Novas Quotas.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar o Capital Comprometido, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

4.11.6. Direito de Preferência para Novas Emissões

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do patrimônio do Fundo.

4.11.7. Integralização das Quotas da Primeira Emissão

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas pelo Preço de Integralização. O Preço de Integralização será pago pelos Quotistas conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Na medida em que o Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários, ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador notificará

os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimento e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado, em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, ou em ativos.

O procedimento disposto nos parágrafos anteriores será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 4 (quatro) anos contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nos parágrafos acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos dos parágrafos acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.11.8. Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesse mercado, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Seção II do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com os requisitos descritos no Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista

pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas, quando os procedimentos descritos nos Compromissos de Investimento deverão ser observados.

4.12. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

As Quotas do Fundo serão amortizadas de acordo com planos de desinvestimento e cronogramas de amortização elaborados pelo Comitê de Investimento para cada Companhia Investida. Os cronogramas de amortização de Quotas serão disponibilizados pelo Administrador aos Quotistas com antecedência prévia de 5 (cinco) dias úteis. Inicialmente, o Administrador não pretende realizar amortizações de Quotas antes do término do Período de Investimentos, mas amortizações antecipadas de Quotas do Fundo poderão ocorrer se o Comitê de Investimento entender tal decisão ser no melhor interesse dos Quotistas, observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data útil imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados, em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista

sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado o Administrador a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação e integralizadas.

Salvo no caso do resgate compulsório de que trata o Regulamento, as Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.13. Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão, inicialmente, avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários ou Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor patrimonial, a critério do Comitê de Investimento; e

- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

4.14. Inadimplência dos Quotistas

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento, (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do Regulamento e deste Prospecto e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas em emissões primárias e/ou em negociações realizadas no mercado secundário) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto no Regulamento e neste Prospecto.

Se o Fundo realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja sendo considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

4.15. Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

A liquidação programada dos investimentos do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Comitê de Investimento, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na opinião do Comitê de Investimento, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou, ainda, por meio de transações privadas; ou
- (ii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega aos Quotistas dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no Regulamento.

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância às normas operacionais estabelecidas pela CVM que são aplicáveis ao Fundo.

Após o pagamento do resgate total das Quotas do Fundo, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6 do Regulamento do Fundo.

4.16. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Seção V do Regulamento.

4.17. Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses

A Assembléia Geral de Quotistas deverá analisar as eventuais situações de Conflito de Interesses e aprovar ou rejeitar operações que envolvam tal conflito, ainda que potencial.

Qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador e/ou pelo Gestor, ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas será considerada uma hipótese de Conflito de Interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata este item:

- (i) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente;

- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (v) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador.

4.18. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita no jornal "Monitor Mercantil", jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
 - (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
 - (b) número de Quotas emitidas;
- (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:
 - (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
 - (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
 - (d) o nome do Custodiante do Fundo;
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do Auditor Independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

4.19. Taxa de Administração e Encargos do Fundo

4.19.1. Taxa de Administração

Pela administração do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma taxa de administração equivalente ao percentual de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, calculado sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto neste Prospecto e no Regulamento. A Taxa de Administração será provisionada diariamente e será paga ao Administrador até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. O Administrador não fará jus ao recebimento de taxa de performance em relação aos investimentos do Fundo nas Companhias Investidas e/ou em Outros Ativos.

4.19.2. Outros Encargos

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Prospecto, no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;

- (v) honorários e despesas do Auditor Independente encarregado da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo e de seus ativos e participações nas Companhias Investidas, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou dolo do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo, quando aplicável, e à realização de Assembléia Geral de Quotistas, até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo que quaisquer despesas que excedam o limite estabelecido deverão ser aprovadas pelo Comitê de Investimento;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo que quaisquer despesas que excedam o limite estabelecido deverão ser aprovadas pelo Comitê de Investimento.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.20. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações das Companhias Investidas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.20.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, as operações de câmbio realizadas por Quotistas Qualificados, e vinculadas às aplicações no Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas Qualificados é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em Jurisdição de Tributação Favorecida.

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Jurisdição de Tributação Favorecida

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Jurisdição de Tributação Favorecida

Os Quotistas Qualificados Residentes em Jurisdição de Tributação Favorecida, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a., sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Entretanto, a partir de 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF ou instituir tributo equivalente, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

4.20.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

No entanto, desde 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro pode propor o restabelecimento da CPMF ou a instituição de tributo equivalente, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional. Caso a CPMF seja restabelecida ou tributo equivalente seja instituído, somente será aplicável após decorrido um período de 90 (noventa) dias contados da promulgação da nova legislação.

4.21. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto, os potenciais investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Mariana Botelho Ramalho Cardoso

Tel.: (21) 3262-9600

Fax.: (21) 3262-8600

Correio Eletrônico: mariana.cardoso@ubs.com

Website: www.ubs.com/ubspactual

5. ANEXOS

ANEXO I AO PROSPECTO

Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo e Aprovação da Primeira Emissão de Quotas

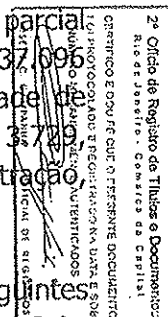


UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

CNPJ/MF n.º 59.281.253/0001-23

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

1. Por este instrumento particular, a **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, conforme Ato Declaratório n.º 8.695, de 20 de março de 2006, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.281.253/0001-23, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:
 - a. Constituir um fundo de investimento em participações nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03"), em regime de condomínio fechado, que será denominado **OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo");
 - b. Aprovar o regulamento do Fundo ("Regulamento"), que segue anexo ao presente instrumento de constituição;
 - c. Nomear o Sr. Marcelo Kalim, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 9.037.096 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 185.178.498-50, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 10º andar, para ser o diretor do Administrador responsável pela administração, supervisão e acompanhamento do Fundo;
 - d. Assumir as funções de administração do Fundo e contratar as seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo: (i) Banco UBS Pactual S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.306.294/0001-45, para ser responsável pelos serviços de controladoria do Fundo, bem como pelos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo e de escrituração de quotas do Fundo; e (ii) Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, 5º ao 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.366.936/0001-25.



SERIE AAA

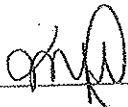
para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;

- e. Deliberar sobre a primeira emissão de quotas do Fundo, composta de 100.000 (cem mil) quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio do Fundo e pertencentes a uma única classe ("Primeira Emissão" e "Quotas", respectivamente). As Quotas terão a forma nominativa e serão escriturais, sendo que o preço inicial de emissão das Quotas da Primeira Emissão corresponderá a R\$1.000,00 (mil reais) por Quota, totalizando a Primeira Emissão o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). As Quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado, que segue anexo ao presente instrumento, a sua distribuição será objeto de registro perante a CVM nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM n.º 400/03"), e serão inicialmente admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP; e
- f. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da primeira emissão de quotas do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM n.º 391/03 e pela Instrução CVM n.º 400/03 para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao registro do Fundo e da Primeira Emissão do Fundo.

2. Estando assim deliberado este instrumento de constituição, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

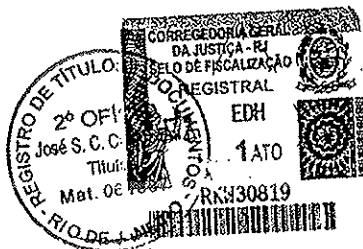
Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2007.

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

Por: 
Cargo: Márcia do Prado Figueiras
Procuradora

Por: 
Cargo:

Vivien Patrícia Dias
Procuradora



ANEXO II AO PROSPECTO

Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, datado de 12 de fevereiro de 2008



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF n.º 09.179.106/0001-79

1. Por este instrumento particular, a **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, conforme Ato Declaratório n.º 8.695, de 20 de março de 2006, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.281.253/0001-23, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"),

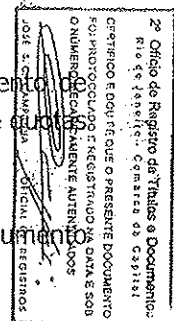
CONSIDERANDO QUE:

- (i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador, em 31 de outubro de 2007, e que o regulamento do Fundo foi registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 2007, sob n.º 838430 ("Regulamento"); e
- (ii) O Fundo não possui, nesta data, qualquer investidor registrado;

Resolve:

- a. Alterar o Regulamento, inclusive, mas não se limitando, para fins de cumprimento das exigências formuladas pela CVM em relação ao registro de distribuição pública de quotas da primeira emissão do Fundo;
- b. Aprovar a nova versão do Regulamento, a qual segue anexa a este instrumento particular de alteração; e
- c. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento.

2. Estando assim deliberado este instrumento de alteração, vai o presente assinado (três) vias de igual teor e forma.



Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2008.

Paulo de Faria *marcos carvalho*
UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
2.º OFÍCIO

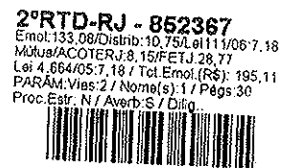
Registro de títulos e documentos
Averbado hoje na cadeia de anotações
de registro n.º 838430
Rio de Janeiro, 12 FEV. 2008



SERIE AAA
845381

ANEXO III AO PROSPECTO

Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, datado de 23 de maio de 2008



Registro de títulos e documentos
Averbado hoje na colona de anotações
do registro n.º 845 381
Rio de Janeiro, 26 MAIO 2008

ANEXO IV AO PROSPECTO

Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, datado de 12 de dezembro de 2008



UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A.
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
CNPJ/MF n.º 59.281.253/0001-23

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF n.º 09.179.106/0001-79

Pelo presente instrumento particular, o UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 59.281.253/0001-23, na qualidade de instituição administradora do **OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.179.106/0001-79 ("**ADMINISTRADOR**" e "**FUNDO**", respectivamente),

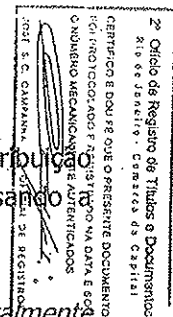
CONSIDERANDO QUE:

- (i) O **FUNDO** encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do **ADMINISTRADOR**, em 31 de outubro de 2007, tendo a versão em vigor do regulamento do **FUNDO** sido registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 26 de maio de 2008, sob o n.º 852367 ("**REGULAMENTO**"); e
- (ii) O **FUNDO** não possui, nesta data, qualquer investidor registrado;

RESOLVE:

1. alterar o **REGULAMENTO**, inclusive, de modo a prorrogar os prazos de distribuição pública e de integralização das quotas da primeira emissão do **FUNDO**, passando a vigorar o item 12.3, Seção XII do **REGULAMENTO** com a seguinte redação:

"12.3. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 720 (setecentos e vinte) dias contados da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 4 (quatro) anos contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável."

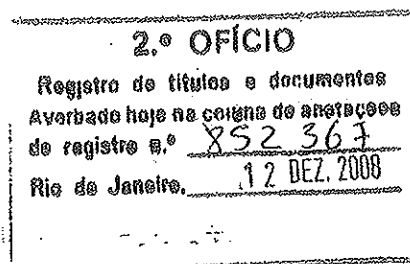
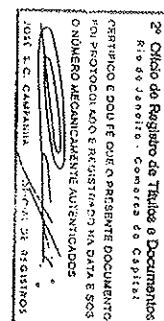


2. aprovar nova versão do **REGULAMENTO**, anexa ao presente instrumento, para refletir a deliberação acima; e
3. submeter ao conhecimento da **CVM** a presente deliberação de alteração do **REGULAMENTO**.

Estando assim deliberado o presente instrumento de alteração do **REGULAMENTO**, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2008


UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A.
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



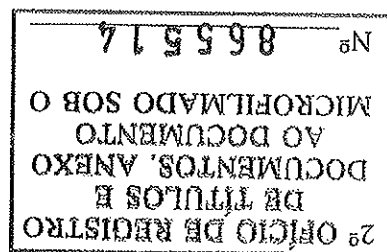
SERIE AA
865514
REGISTRAR
E SEGURANÇA

ANEXO V AO PROSPECTO

Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

**REGULAMENTO DO
OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2008



SEÇÃO I – Da denominação, forma, prazo de duração e composição do patrimônio do Fundo

1.1. – O **OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido por este Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão (conforme abaixo definido), podendo ser prorrogado por um período adicional, mediante proposta do Comitê de Investimento (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6. abaixo deste Regulamento.

1.3. – O patrimônio do Fundo será formado por uma única classe de quotas ("Quotas").

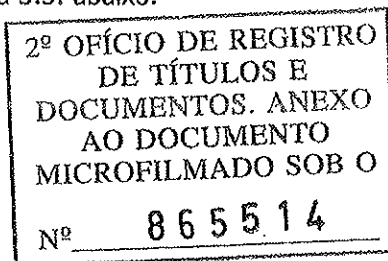
Seção II – Do público alvo do Fundo e regras de aplicação e manutenção de investimentos no Fundo

2.1. – As Quotas serão destinadas e colocadas exclusivamente perante investidores qualificados, residentes e domiciliados ou não no Brasil, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

Seção III – Do objetivo, da estratégia de investimento e do parâmetro de rentabilidade do Fundo

3.1. – O objetivo do Fundo é obter rendimentos para seus Quotistas, por meio de investimentos em ações, debêntures, bônus de subscrição e outros valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação aplicável ao Fundo ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias, abertas ou fechadas, inclusive, mas não se limitando, que tenham por objeto social, direta ou indiretamente, a incorporação de projetos imobiliários, a intermediação de operações de compra e venda de imóveis próprios ou de terceiros e/ou atividades correlatas e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos na Cláusula 3.3. abaixo.



3.2. – Na avaliação de investimentos em Valores Mobiliários, o Fundo levará em consideração, inclusive, mas não se limitando, aquelas companhias com alto potencial de crescimento, vantagens competitivas sustentáveis, administração profissional, comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa e responsabilidade sócio-ambiental, incluindo, mas não se limitando, às companhias que se encontrem em “situações especiais”, tais como reestruturações, sucessões, processos de abertura de capital e aquisição de controle pela respectiva administração, entre outras.

3.3. – Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo somente poderá realizar investimentos em companhias que observem as seguintes regras e mantenham as seguintes práticas de governança corporativa:

- (i) o seu estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimentos pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da companhia em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da companhia deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a companhia deverá sempre manter disponíveis informações sobre contratos com Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), acordos de acionistas, programas de opção de compra de ações e outros Valores Mobiliários de sua emissão, se houver;
- (iv) a companhia deverá aderir à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante registro de companhia aberta na CVM, a companhia deverá ter obrigação no sentido de aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) suas demonstrações financeiras deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

3.3.1. – As companhias que atendam aos requisitos descritos nas Cláusulas 3.1. a 3.3. e sejam passíveis de investimento pelo Fundo serão designadas simplesmente como as “Companhias Alvo” e qualquer companhia cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo (“Carteira”) será denominada simplesmente como a

2º OFÍCIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS. ANEXO
AO DOCUMENTO
MICROFILMADO SOB O
Nº 865514



"Companhia Investida" ou, quando referida em conjunto com outra Companhia Investida, as "Companhias Investidas".

3.4. – Sem prejuízo do disposto nesta Seção III, o investimento do Fundo em Valores Mobiliários deverá propiciar a participação do Fundo na administração das Companhias Investidas, com efetiva influência do Fundo na definição de suas políticas estratégicas e nas suas gestões, notadamente através da indicação de membros nos respectivos conselhos de administração. A participação do Fundo no processo decisório de cada Companhia Investida poderá ocorrer por uma das seguintes formas: (i) detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento, ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de cada Companhia Investida.

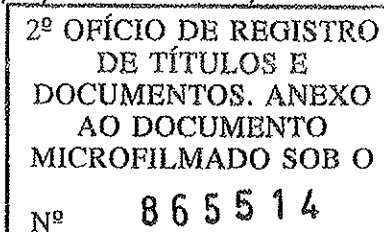
Seção IV – Da administração e da estrutura de governança corporativa do Fundo

4.1. – O Fundo será administrado pelo Administrador (conforme abaixo definido), ao passo que sua Carteira será gerida pelo Gestor (conforme abaixo definido), e terá 1 (um) comitê de investimento ("Comitê de Investimento"), que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor na gestão da Carteira, conforme descrito neste Regulamento. As funções e responsabilidades do Administrador, do Gestor e do Comitê de Investimento, bem como as regras de operação e atuação do Comitê de Investimento, seguem descritas neste Capítulo IV.

Do Administrador e do Gestor

4.2. – O Fundo será administrado pela **UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.281.253/0001-23, devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, conforme Ato Declaratório n.º 8.695, de 20 de março de 2006 ("Administrador"). O Administrador contratou a **FIDÚCIA ASSET MANAGEMENT S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 6.652, de 8 de janeiro de 2002, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, n.º 933, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.001.991/0001-15, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").

4.2.1. – O diretor do Administrador responsável perante a CVM pela administração do Fundo, na forma da regulamentação em vigor, é o Sr. Marcelo Kalim, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 9.037.096 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 185.178.498-50, com



domicílio na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 10º andar.

4.2.2. – Respeitados os limites estabelecidos neste Regulamento, o Administrador terá poderes para realizar todos os atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo. O Gestor terá poderes, conforme outorgados pelo Administrador, para realizar todos os atos relacionados à gestão da Carteira, bem como, de acordo com orientação e instruções do Comitê de Investimento, exercer todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e Outros Ativos (conforme abaixo definido) integrantes da Carteira, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele, de eleger membros para cargos de administração das Companhias Investidas, comparecer e votar em assembleias gerais de sócios das Companhias Investidas, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar contratos sociais e/ou estatutos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de valores mobiliários, acordos de sócios e/ou acordos de investimento, conforme o caso, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação em vigor.

4.2.3. – Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação em vigor e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao Administrador:

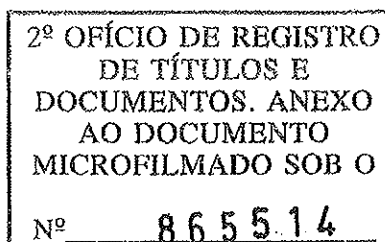
(i) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:

- (a) o registro de Quotistas e de transferência de Quotas do Fundo;
- (b) o livro de atas das Assembleias Gerais de Quotistas;
- (c) o livro de presença de Quotistas;
- (d) os pareceres do auditor independente;
- (e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
- (f) a documentação relativa às operações do Fundo.

(ii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;

(iii) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do Fundo;

(iv) empregar, na defesa dos direitos do Quotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;



- (v) exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo;
- (vi) custear, às suas expensas, as despesas com propaganda do Fundo, se necessárias;
- (vi) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador do Fundo;
- (viii) quando aplicável, em razão de sua natureza, manter os Valores Mobiliários e outros ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados, registrados e/ou em conta de depósito diretamente centralizados em uma única entidade de custódia, autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- (ix) pagar, às suas expensas, as eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão do atraso do cumprimento dos prazos previstos na Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada;
- (x) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, em conjunto com o Comitê de Investimento, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (xi) solicitar a admissão à negociação das Quotas do Fundo em ambiente de negociação de quotas, observado o disposto no inciso (vii) da Cláusula 4.3.3. abaixo;
- (xii) manter serviço de atendimento aos Quotistas, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações;
- (xiii) observar e fazer cumprir as disposições constantes deste Regulamento;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimento;
- (xv) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- (xvi) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, se assim o requererem, estudos e análise de investimento realizado pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Comitê de Investimento, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas e reuniões do Comitê de Investimento, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

2º OFÍCIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS. ANEXO
AO DOCUMENTO
MICROFILMADO SOB O
Nº 865514



(xvii) se houver, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análise de investimento, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Comitê de Investimento, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento; e

(xviii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas das quais o Fundo participe.

Do Comitê de Investimento

4.3. – O Comitê de Investimento será formado por 3 (três) membros e respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de reputação ilibada, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do Gestor e/ou dos Quotistas, conforme o caso.

4.3.1. – Os membros do Comitê de Investimento exercerão seus mandatos pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ou ser substituídos antes do término de tal prazo. Os membros do Comitê de Investimento somente poderão ser substituídos de suas funções por aqueles que os tiverem respectivamente eleitos na forma descrita abaixo.

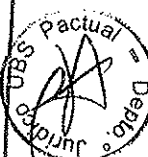
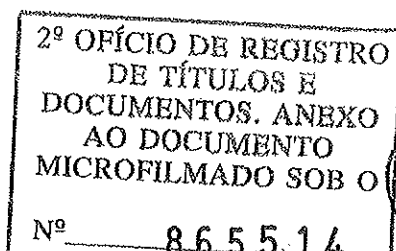
4.3.2. – Os membros do Comitê de Investimento e seus respectivos suplentes serão eleitos de acordo com o seguinte procedimento, quando for o caso:

- (i) 1 (um) membro e respectivo suplente serão eleitos pelo Gestor; e
- (ii) 2 (dois) membros e respectivos suplentes serão eleitos por Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação estabelecido na Cláusula 5.6. abaixo.

4.3.3. – O Comitê de Investimento terá como funções:

(i) discutir metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo, inclusive sobre a prorrogação ou antecipação do término do Período de Investimentos (conforme abaixo definido), bem como sobre a realização de investimentos pelo Fundo após o término do Período de Investimentos;

(ii) propor e deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do Fundo;



(iii) deliberar acerca das datas em que os subscritores de Quotas deverão aportar recursos no Fundo, mediante integralização das Quotas subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento (conforme abaixo definido);

(iv) deliberar sobre o esquema de amortização, remuneração e resgate das Quotas, observado o disposto na Cláusula 13.8. deste Regulamento;

(v) acompanhar o desempenho das Companhias Investidas, do Administrador, do Gestor e do Fundo, inclusive durante o Período de Desinvestimento (conforme definido abaixo);

(vi) deliberar sobre a emissão de Novas Quotas (conforme abaixo definido) do Fundo até o limite do Patrimônio Autorizado (conforme abaixo definido), após a Primeira Emissão (conforme abaixo definido);

(vii) autorizar o registro das Quotas para negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX e/ou BOVESPA FIX, mantidos e operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP; e

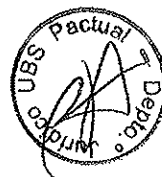
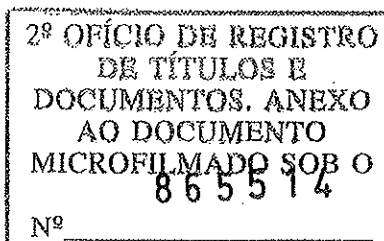
(viii) orientar e instruir o Gestor, quando do exercício dos direitos inerentes aos Valores Mobiliários e/ou aos Outros Ativos integrantes da Carteira, nos termos do item 4.2.2. acima.

4.3.4. – Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao ano em período a ser estabelecido na primeira reunião do Comitê de Investimento, inclusive, mas não se limitando, para debater o desempenho das Companhias Investidas, do Administrador, do Gestor e do Fundo, e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo a convocação escrita, feita com no mínimo 8 (oito) dias úteis de antecedência, a pedido do Administrador e/ou do Gestor e/ou de qualquer de seus membros, conforme o caso. A convocação escrita será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento.

4.3.4.1. – As reuniões do Comitê de Investimento somente serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

4.3.4.2. – O Comitê de Investimento poderá reunir-se através de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios.

4.3.5. – As decisões do Comitê de Investimento serão tomadas por maioria de votos dos membros eleitos.



4.3.5.1. – O Gestor terá direito de veto em relação às deliberações do Comitê de Investimentos que sejam flagrantemente contrárias à legislação, regulamentação em vigor e a este Regulamento.

4.3.6. – Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes.

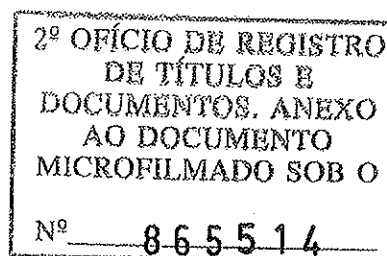
4.3.7. – Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração do Fundo pelo exercício de suas funções.

4.3.8. – Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador, o qual deverá informar aos Quotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, ficando tais membros impedidos de votar nas matérias relacionadas ao objeto do conflito, enquanto permanecer o conflito.

Seção V – Da assembléia geral de quotistas e suas responsabilidades e atribuições

5.1. – Observado o disposto nas Cláusulas 5.2. a 5.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento e/ou das atividades e operações do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e/ou do Gestor e escolha de seus substitutos;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração (conforme abaixo definido);
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;

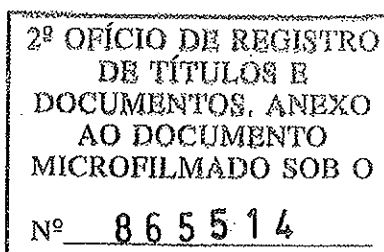


- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações sobre as Companhias Investidas ao Administrador, na forma prevista nos incisos (xvi) e (xvii) da Cláusula 4.2.3. acima, observado o disposto na regulamentação aplicável;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que trata a Seção XIV deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, além do Comitê de Investimento;
- (xii) aprovar despesas extraordinárias do Fundo não previstas na Cláusula 18.1. deste Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre os procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como forma de pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas aos Quotistas;
- (xiv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata a Cláusula 6.3.1. deste Regulamento; e
- (xv) nomear membros e respectivos suplentes do Comitê de Investimento, de acordo com a Cláusula 4.3.2. acima.

5.1.1. – Independentemente do disposto na Cláusula 5.1. acima, este Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

5.2. – A convocação da Assembléia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência escrita a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a carta de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados. As Assembléias Gerais de Quotistas serão realizadas na sede do Administrador ou, na impossibilidade de se realizarem na sede do Administrador, em lugar a ser previamente indicado pelo Administrador na carta de convocação.

5.2.1. – Independentemente da convocação prevista na Cláusula 5.2. acima, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.



5.3. – A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

5.4. – Somente poderão votar na Assembléia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

5.5. – Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

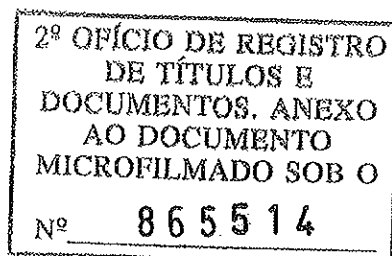
5.6. – As deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação, em primeira convocação, e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes, em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

Seção VI - Da formação e composição da carteira de investimentos do Fundo e outras regras aplicáveis aos investimentos do Fundo

6.1. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

6.2. – A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas, sendo que, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do Patrimônio Líquido (conforme abaixo definido) do Fundo deverá ser alocado em ações de emissão de companhias abertas e/ou fechadas; e
- (ii) quotas de emissão de fundos de investimento em quotas de fundo de investimento e/ou quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI e/ou multimercado, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos federais, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e certificados de depósito bancário ("Outros Ativos").

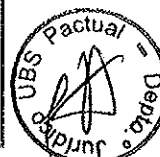
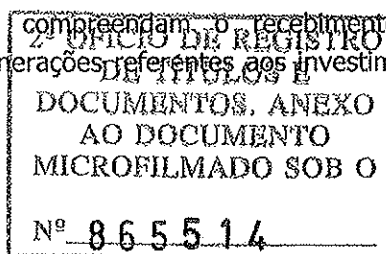


6.2.1. – Não obstante os cuidados a serem empregados pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Comitê de Investimento na implantação da política de investimento descrita neste Regulamento, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a variações de mercado, a riscos inerentes aos emitentes dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira e a riscos de crédito, de modo geral, não podendo o Administrador, o Gestor e o Comitê de Investimento, em hipótese alguma, ser responsabilizado por qualquer depreciação dos ativos da Carteira ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas do Fundo, salvo nos casos previstos neste Regulamento.

6.2.2. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e/ou poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto nesta Seção VI, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto nesta cláusula implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em um único emissor e em risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira. O prospecto do Fundo ("Prospecto") descreve outros riscos aos quais os Quotistas estarão sujeitos em decorrência de seus investimentos no Fundo.

6.3. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo em realizar investimentos em Valores Mobiliários, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), (a) deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital ou (b) poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos



Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas; e

- (iv) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

6.3.1. – Caso investimentos do Fundo em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) da Cláusula 6.3. acima, o Administrador deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) da Cláusula 6.3. acima ou (ii) a restituição aos Quotistas dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Administrador e que não tenham se concretizado por qualquer razão.

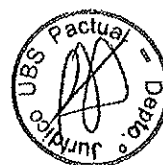
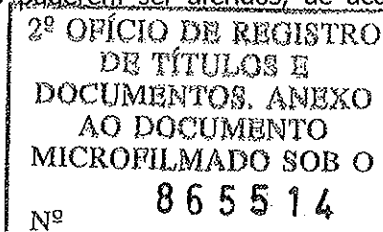
6.4. – Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização e/ou resgate aos Quotistas e/ou da Taxa de Administração e/ou, ainda, para pagamento de encargos do Fundo.

6.5. – O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

Seção VII – Dos critérios de avaliação da carteira de investimentos do Fundo

7.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, nos termos da Instrução da CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006 ("Patrimônio Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

7.2. – No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão, inicialmente, avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:



- (i) Valores Mobiliários ou Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor patrimonial, a critério do Comitê de Investimento; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

7.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

Seção VIII - Do período de investimentos para a formação da carteira do Fundo

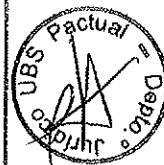
8.1. – O Fundo terá um período inicial de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimentos"), que se iniciará na data de registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM e se estenderá por até 18 (dezoito) anos ou até a data em que o Comitê de Investimento entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo. A liquidação dos ativos integrantes da Carteira será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Comitê de Investimento entenda ser no melhor interesse do Fundo, o Fundo poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento, mediante notificação por escrito do fato aos Quotistas, a qual conterá as justificativas para as ações tomadas pelo Gestor e pelo Comitê de Investimento no exercício de suas atribuições para com o Fundo.

8.1.1. – Será permitida a antecipação ou a prorrogação do Período de Investimentos, a único e exclusivo critério do Comitê de Investimento. Caso o Comitê de Investimento decida exercer a faculdade descrita nesta cláusula, o Administrador informará tal fato aos Quotistas, por escrito.

8.1.2. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

8.1.3. – Investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Comitê de Investimento, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos (i) de investimentos relativos a

2º OFÍCIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS. ANEXO
AO DOCUMENTO
MICROFILMADO SOB O
Nº 865514



obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

Seção IX – Do período de liquidação dos investimentos

9.1. – No 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Valores Mobiliários e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Comitê de Investimento e que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições deste Regulamento ("Período de Desinvestimento").

Seção X – Da distribuição de resultados

10.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Seção X e na Seção XVI abaixo.

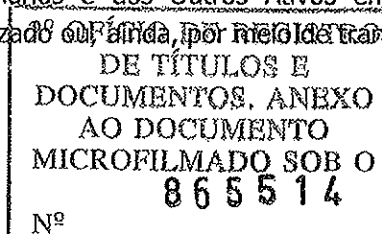
10.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, de acordo com orientação nesse sentido do Comitê de Investimento, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

10.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 13.6.1.

Seção XI – Dos procedimentos de liquidação dos investimentos em Valores Mobiliários e do Fundo

11.1. – A liquidação programada dos investimentos do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Comitê de Investimento, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na opinião do Comitê de Investimento, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou, ainda, por meio de transações privadas; ou



- (ii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega aos Quotistas dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto na Cláusula 13.7.5.

11.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância às normas operacionais estabelecidas pela CVM que são aplicáveis ao Fundo.

11.2. – Após o pagamento do resgate total das Quotas do Fundo, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

11.3. – O Fundo poderá ser liquidado, antes de seu prazo de duração, na ocorrência das seguintes situações:

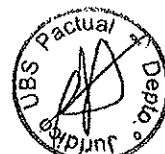
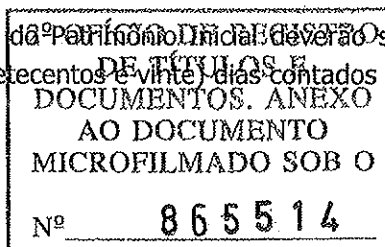
- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6.

Seção XII – Da composição do patrimônio do Fundo e das emissões de quotas

12.1. – O patrimônio do Fundo será dividido em uma única classe de quotas ("Quotas"). As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nesta Seção XII e na Seção XIII deste Regulamento.

12.2. – O patrimônio Inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão"), será formado por até 1.000 (hum mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (o valor de emissão de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial, o "Preço de Emissão"), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). O patrimônio autorizado do Fundo corresponderá a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Patrimônio Autorizado").

12.3. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 720 (setecentos e vinte) dias contados da data de publicação do



anúncio de início da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 4 (quatro) anos contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

12.4. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

12.5. – Emissões de novas quotas do Fundo, além das Quotas da Primeira Emissão ("Novas Quotas"), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas mediante prévia aprovação do Comitê de Investimento, sem necessidade de aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, ao passo que emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula 5.6. acima.

12.6. – Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de quaisquer Novas Quotas corresponderá ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos apurados na data de cada emissão de Novas Quotas.

12.7. – Os Quotistas terão o direito de preferência para subscrever e integralizar as Novas Quotas na exata proporção da participação de cada um na composição do patrimônio do Fundo.

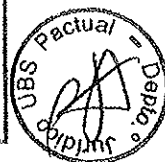
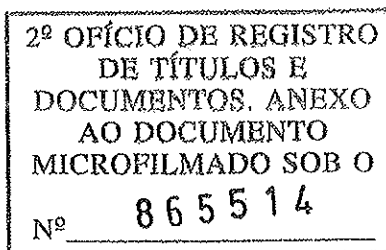
Seção XIII – Das características, direitos, emissão, subscrição, integralização e amortização das quotas

13.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

13.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são de uma única classe.

13.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

13.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto neste Regulamento.



13.2. – Valor das Quotas

13.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor corresponderá à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

13.3. – Direitos de Voto

13.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

13.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

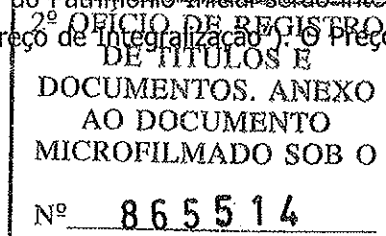
13.4.1. – Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

13.4.2. – As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional ou em ativos, de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos da Cláusula 13.5.2. abaixo. Novas Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo serão subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições estabelecidos no ato de deliberação da emissão de tais Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento.

13.4.3. – No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada Quotista na data de subscrição de suas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

13.5. – Integralização das Quotas

13.5.1. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas pelo valor da Quota na data da integralização ("Preço de Integralização"). O Preço de Integralização será



pago pelos Quotistas conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

13.5.2. – Na medida em que o Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários, ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo ("Chamada de Capital"). Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimento e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

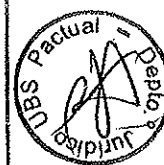
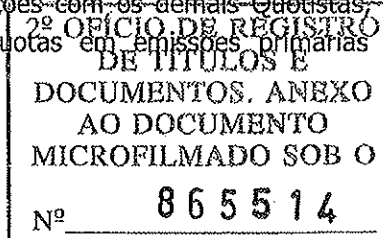
13.5.3. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, ou em ativos.

13.5.4. – O procedimento disposto nas Cláusulas 13.5.1. a 13.5.3 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

13.5.5. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nas cláusulas acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos das cláusulas acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto na Cláusula 13.6. abaixo.

13.6. – Inadimplência dos Quotistas

13.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos da Cláusula 13.5.5. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas em emissões primárias e/ou em negociações



realizadas no mercado secundário) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento.

13.6.2. – Se o Fundo realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista seja considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata esta cláusula, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

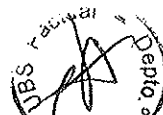
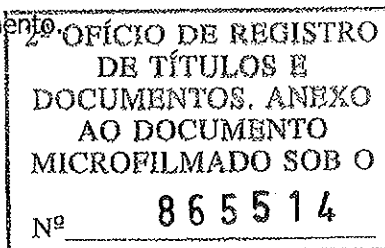
13.6.3. – Independentemente do disposto nas cláusulas acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente.

13.6.3.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas nos termos descritos acima serão primeiro ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo.

13.6.3.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

13.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

13.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas de acordo com planos de desinvestimento e cronogramas de amortização elaborados pelo Comitê de Investimento para cada Companhia Investida. Os cronogramas de amortização de Quotas serão disponibilizados pelo Administrador aos Quotistas com antecedência prévia de 5 (cinco) dias úteis. Inicialmente, o Administrador não pretende realizar amortizações de Quotas antes do término do Período de Investimentos, mas amortizações antecipadas de Quotas do Fundo poderão ocorrer se o Comitê de Investimento entender tal decisão ser no melhor interesse dos Quotistas, observado o disposto neste Regulamento.



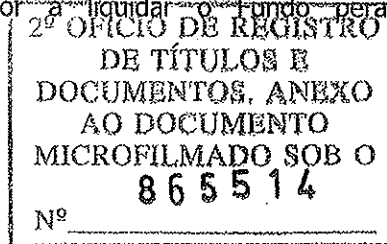
13.7.2. – Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização corresponderá ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data útil imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

13.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento.

13.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado o Administrador a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;



- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação e integralizadas.

13.8. – Resgate das Quotas

13.8.1. – Salvo no caso do resgate compulsório de que trata a Cláusula 13.9.3. abaixo, as Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

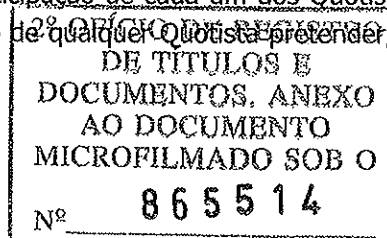
13.9. – Negociação das Quotas

13.9.1. – As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá, mediante autorização do Comitê de Investimento, registrar as Quotas para negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX e/ou BOVESPA FIX, mantidos e operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. - BVSP.

13.9.2. – Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Seção II deste Regulamento.

13.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com todos os requisitos descritos neste Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

13.9.4. – Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e



sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas, quando os procedimentos descritos nos Compromissos de Investimento deverão ser observados.

13.9.5. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Seção II deste Regulamento, e sem autorização expressa do Administrador, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

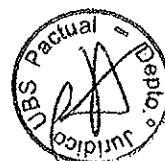
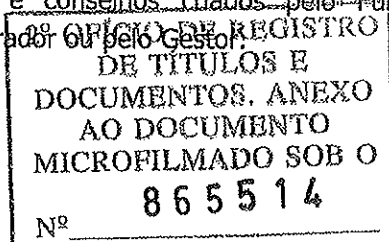
Seção XIV - Situações de conflito de interesses

14.1. – Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 14.2. e 14.3. abaixo, a Assembléia Geral de Quotistas deverá analisar as eventuais situações de conflito de interesses e aprovar ou rejeitar operações que envolvam tal conflito, ainda que potencial ("Conflito de Interesses").

14.2. – Qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador e/ou pelo Gestor, ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas será considerada uma hipótese de Conflito de Interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

14.2.1. - Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata a Cláusula 14.2. ("Partes Relacionadas do Administrador"):

- (i) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente;
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (v) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador ou pelo Gestor.



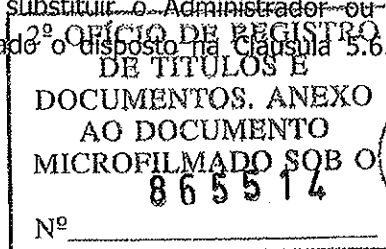
14.3. - Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor, membros dos comitês ou conselhos criados pelo Fundo e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva Companhia Alvo.

Seção XV – Da substituição do Administrador e do Gestor

15.1. – O Administrador e o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, conforme o caso, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6. deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata essa cláusula. Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração referente ao período em que permanecer em seu cargo.

15.1.1. – Caso a Assembléia Geral de Quotistas de que trata o item 15.1. acima (i) não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador ou o Gestor; ou (ii) não obtenha quorum suficiente, observado o disposto na Cláusula 5.6. acima, para deliberar



sobre a substituição do Administrador ou do Gestor, ou, ainda, sobre a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, sem necessidade de aprovação dos Quotistas, dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data estabelecida para a realização da Assembléia Geral de Quotistas.

15.1.2. – Além da hipótese de renúncia descrita na cláusula acima, o Administrador e/ou o Gestor poderão ser destituídos de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6. deste Regulamento.

Seção XVI – Da remuneração do Administrador

16.1. – Pela administração do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, calculado sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto neste Regulamento. A Taxa de Administração será provisionada diariamente e será paga ao Administrador até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. O Administrador não fará jus ao recebimento de taxa de performance em relação aos investimentos do Fundo nas Companhias Investidas e/ou em Outros Ativos.

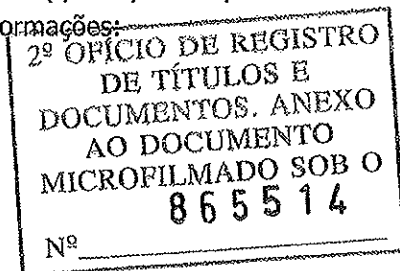
Seção XVII - Da divulgação de informações sobre o Fundo

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. – A divulgação de informações de que trata a Cláusula 17.1. acima será feita no jornal "Monitor Mercantil", jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. – O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:



- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) o nome da instituição encarregada da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos integrantes da Carteira ("Custodiante");

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

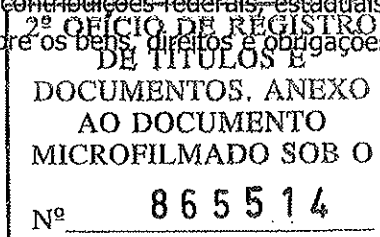
17.3. – As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. - O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

Seção XVIII - Dos encargos do Fundo

18.1. – Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

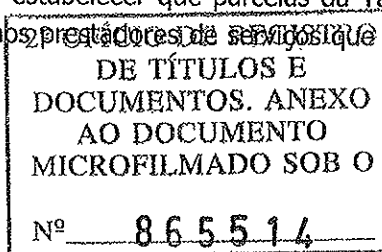
- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;



- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Quotistas, até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo que quaisquer despesas que excedam o limite estabelecido deverão ser aprovadas pelo Comitê de Investimento;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo que quaisquer despesas que excedam o limite estabelecido deverão ser aprovadas pelo Comitê de Investimento.

18.2. -- Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6. deste Regulamento.

18.3. -- O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido



sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Seção XIX - Das demonstrações contábeis

19.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante.

19.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

19.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

19.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

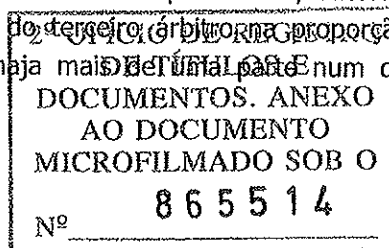
Seção XX – Da solução de conflitos

20.1. – Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio de arbitragem a ser administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP ("Câmara"), de acordo com o regulamento da Câmara ("Regulamento da Câmara").

20.2. – A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara, devendo a parte requerente nomear um árbitro de sua confiança e a parte requerida nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento arbitral composto por mais de dois pólos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos pólos.

20.3. – Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras.

20.4. – Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, cada parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro que indicar, rateando-se entre as partes os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Caso haja mais de uma parte em um dos pólos do procedimento



arbitral, os honorários, custas e despesas alocados no referido pólo serão rateados de forma igual entre tais partes.

20.5. – Em face da presente cláusula compromissória acima referida, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.

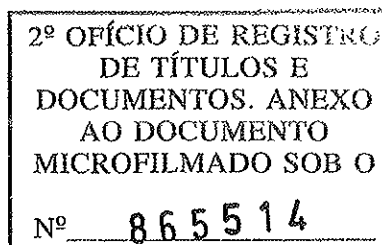
Seção XXI - Das disposições gerais

21.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador e os Quotistas.

21.2. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas.

21.3. – Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador e pelo Comitê de Investimento, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e do Comitê de Investimento ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador e o Comitê de Investimento deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.


UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
- Administradora -



ANEXO VI AO PROSPECTO

Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03



DECLARAÇÃO

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.281.253/0001-23, na qualidade de instituição administradora do **OUTSTANDING-X-FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da distribuição pública da primeira emissão de quotas do Fundo ("Oferta") e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2007.

UBS PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM

CAMILLA BARROS DONATI
PROCURADORA

Marcos Roberto Ramalho Cardoso
Diretor Executivo